

Desocultar e contribuir para o combater o tráfico de seres humanos

Recentemente foi divulgada uma grande reportagem intitulada “casa de escravos”¹ que, reiterando os relatórios do Observatório de Tráfico de Seres Humanos, nos mostram a dura realidade que se vive nesta matéria apontando Portugal como país de destino, trânsito e origem, como crime altamente global que não escolhe países, fronteiras e que pode acontecer a qualquer um de nós, mas principalmente àqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, tendo-se verificado em 2017 (relatório publicado em abril de 2018) um acréscimo de sinalizações de pessoas menores de idade.

Tem-se apontado o tráfico de seres humanos como a escravatura dos século XX e XXI, sendo referido na reportagem que “uma pessoa pode custar 5 euros, 1000 euros ou 100 euros, depende do fim”, comparando o negócio ao tráfico de armas e drogas. Refere-se que gera mais de 130.000 milhões de euros e atinge no mundo 71% de mulheres para exploração sexual. Em Portugal das vítimas identificadas, 64% das vítimas são homens, dos quais 72% para exploração laboral, estimando-se a existência de 26.000 vítimas. É também referido que relativamente à exploração sexual, em Portugal, em que a maioria das vítimas são do sexo feminino, as sinalizações estão muito aquém da realidade, pelo que importa dar informação sobre este fenómeno ao maior número de pessoas possível e ferramentas de sinalização.

A Delegação Norte da APF – Associação para o Planeamento da Família, IPSS criada em 1967 com a missão de promover os direitos sexuais e reprodutivos, tem estado ativamente envolvida

¹ <https://sicnoticias.pt/programas/reportagem/sic/2019-02-08-O-trafico-de-pessoas-em-Portugal> e <https://sicnoticias.pt/programas/reportagem/sic/2019-02-07-A-Casa-dos-Escravos?fbclid=IwAR2SUxMjGi0eG3Ds6PePz8cTekoOF7GsIoSnahZWS4WVEmfZgfVPLmq6Za4>

em diferentes projetos ligados à problemática do Tráfico de Seres Humanos (TSH). Constituiu-se como a ONG parceira do Projeto CAIM (Cooperação, Acção, Investigação e Mundivisão), projeto piloto em matérias de prostituição e tráfico de mulheres para exploração sexual, financiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL (2004 - 2009). De realçar que no âmbito daquele projeto, a APF Norte, através da vasta experiência na intervenção junto de prostitutas/os da cidade do Porto e em parceria com a CIG Norte, foi responsável pela elaboração e revisão do Kit de Formação sobre Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, o qual apresenta vários módulos acerca da temática, fichas de atividade e recursos de apoio às mesmas. Impulsionador da legislação, do modelo de referenciação nacional, dos serviços de apoio às vítimas e instrumentos de política atuais.

A Delegação Norte da Associação para o Planeamento da Família (APF), sediada no Porto, é a entidade responsável pela gestão da primeira Equipa Nacional Multidisciplinar Especializada de Assistência a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (TSH) e do primeiro Centro de Acolhimento e Proteção a mulheres e seus filhos menores vítimas de TSH. Desde 2012 a APF gere mais 5 Equipas Multidisciplinares Especializadas Regionais (EME) - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, as quais integram o sistema de referência nacional. Estas equipas têm permitido uma intervenção descentralizada, de proximidade e especializada na sinalização, identificação e apoio a vítimas de TSH, bem como uma maior capacitação e sensibilização para o fenómeno.

As 5 EMEs executam a sua intervenção de um modo transversal ao processo de Sinalização – Identificação – Integração (assistência ao nível dos diferentes apoios para a estabilização, recuperação e (re)construção de projeto de vida e apoio no retorno assistido) de potenciais vítimas de TSH e disponibilizam uma resposta permanente através das quatro linhas telefónicas diretas de assessoria técnica (serviço de 24 horas), respondendo aos mais variados contactos no âmbito do TSH, crimes associados e outras questões direta ou indiretamente relacionadas com

esta problemática. Estas 5 Linhas passaram a ser divulgadas em campanhas, nos sites oficiais das entidades parceiras ou em material informativo sobre o fenómeno.

Será ainda de referir a realização cada vez mais frequente de ações conjuntas entre os Órgãos de Polícia Criminal (OPC) e EMEs, prevenindo-se assim uma resposta psicossocial imediata junto a presumíveis vítimas aquando intervenções planeadas. Estas operações têm permitido fazer face às dificuldades e necessidades que as populações sinalizadas apresentam, potenciando a identificação formal e os processos de assistência.

Mais ainda, a APF participa em Projectos transnacionais, representando Portugal em redes parceiras, projetos e encontros de trabalho e troca de boas práticas, o que permite ter actualmente um conjunto de ONGs parceiras de diferentes países com as quais desenvolve um trabalho de articulação sempre que são sinalizados e assistidos casos de vítimas de TSH (sendo Portugal país de origem, trânsito ou de destino) em que há necessidade de acolhimento, apoio no retorno assistido, contacto com familiares, proteção à chegada, partilha de informação, entre outros. Esta articulação facilita os processos de assistência e de reintegração de vítimas apoiadas.

A APF tem tido também um papel fundamental na prevenção e (in)formação acerca deste fenómeno. As Equipas promovem de forma regular, ações e encontros de informação e sensibilização junto de técnicos/as com intervenção de “primeira linha” na sinalização de potenciais vítimas e/ou no processo da sua assistência, de entidades governamentais e não governamentais, de profissionais das áreas da saúde, do emprego, da educação, de intervenção social, Órgãos de Polícia Criminal, entre outros, assim como junto da população em geral, nomeadamente dinamizando ações de sensibilização com jovens e com grupos diversos da comunidade local.

De salientar a importância de formar e informar mais acerca da realidade do TSH, desocultando este fenómeno e permitindo uma capacitação para a identificação dos indicadores deste crime e ferramentas de sinalização e assistência especializada às vítimas.

É ainda de referir a necessidade da existência de respostas de transição para acolhimento de vítimas de TSH. As Estruturas Protegidas de Transição, surgem como uma medida de atuação e proteção para mulheres vítimas de Tráfico de Seres Humanos (TSH) e filhos menores, assegurando o acolhimento temporário, a garantia das condições básicas de sobrevivência e o acompanhamento psicossocial dos/as utentes que preenchem a condição de beneficiários. Estas estruturas respondem a situações de transição, constituindo-se como um suporte, enquanto plataformas, para vítimas de Tráfico de Seres Humanos, permitindo a sua reorganização pessoal, económica, habitacional e social e, como tal, a sua (re)integração social.

Contudo, apesar da necessidade de uma estrutura intermédia entre o acolhimento protegido e uma vida totalmente autónoma, estar plenamente identificada, esta ainda não é uma realidade em Portugal, como já acontece noutros países da Europa, onde a experiência se tem revelado uma boa prática. Atualmente, a nível nacional não existe qualquer resposta específica de autonomia para vítimas de TSH.

Esta seria uma resposta inovadora e pioneira na intervenção junto de vítimas de TSH e na integração das mesmas, sendo possível ser replicada no futuro por outros. Trata-se de uma resposta pioneira no que consiste na criação de um espaço de autonomização para vítimas de Tráfico de Seres Humanos (TSH) e filhos menores que tenham sido alvo de anterior assistência pelos CAP - Centro de Acolhimento e Proteção a mulheres vítimas de TSH e/ou das Equipas multidisciplinares Especializadas Regionais de Assistência a Vítimas (EME) da APF (equipas de 1ª linha com intervenção em Portugal continental). A intervenção irá contribuir para a efectiva concretização do Projeto de Vida delineado individualmente com a equipa técnica, com vista à

(re)integração na sociedade das vítimas, após um período de acolhimento com medidas de maior proteção e segurança e consequente maior dependência. Trabalhar-se-á questões do domínio da gestão doméstica, financeira, de tempo, de empregabilidade e emprego, promovendo a plena integração no tecido social e no mercado de trabalho. Trata-se de uma intervenção assente no princípio de empoderar por forma a evitar e prevenir uma futura revitimação.

De referir que estas propostas dão resposta direta a medidas dos Planos Nacionais de Combate ao TSH. O trabalho no terreno tem demonstrado, por um lado, a constante sobrelotação dos CAP, não permitindo a entrada e apoio a mais situações urgentes; por outro, a necessidade de um espaço com características diferenciadas que permita intervenção intermédia num processo de autonomização pleno que evite a revitimização.

Assim, considerando o anterior exposto, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal do Porto, reunido a 25 de fevereiro de 2019 delibere recomendar à Câmara Municipal do Porto que possa contemplar nas suas linhas de atuação:

- a aposta na formação, dentro do quadro de pessoal da Câmara Municipal do Porto, relativamente a este fenómeno e ferramentas de sinalização de potenciais vítimas de tráfico de seres humanos;
- a colaboração no encontrar de uma solução para dar resposta à necessidade de uma estrutura intermédia entre o acolhimento protegido e uma vida totalmente autónoma;

Grupo Municipal PAN

Bebiana Cunha